

Grace Jaramillo, compiladora

Los nuevos enfoques de la integración: más allá del nuevo regionalismo



FLACSO
ECUADOR



Ministerio
de Cultura

Índice

Presentación	7
I. ESTUDIO INTRODUCTORIO	
Los nuevos enfoques en Relaciones Internacionales: más allá del nuevo regionalismo	11
<i>Grace Jaramillo</i>	
II. LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN EN AMÉRICA LATINA: DESAFÍOS DEL PRESENTE Y PERSPECTIVAS DE FUTURO	
Encuentros y desencuentros de la integración regional	29
<i>Alain Fairlie</i>	
La crisis de la CAN: nuevos desafíos para la cooperación en la Región Andina	39
<i>Tatiana Guarnizo</i>	
Mercosur: política externa y perspectivas interregionalistas con las “economías del norte”	57
<i>Rodolphe Robin</i>	
América Latina y la recomposición geopolítica intrarregional en los primeros años del siglo XXI	75
<i>Carlos Domínguez</i>	
América Latina, ¿integração virtuosa ou subordinada?	85
<i>Wilson Cano</i>	

© De la presente edición:

FLACSO, Sede Ecuador

La Pradera E7-174 y Diego de Almagro
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 323 8888
Fax: (593-2) 3237960
www.flacso.org.ec

Ministerio de Cultura del Ecuador

Avenida Colón y Juan León Mera
Quito-Ecuador
Telf.: (593-2) 2903 763
www.ministeriodecultura.gov.ec

ISBN:

Cuidado de la edición: Paulina Torres
Diseño de portada e interiores: Antonio Mena
Imprenta:
Quito, Ecuador, 2008
1ª. edición: julio, 2008

III. MERCOSUR:

NUEVOS HORIZONTES, PERSPECTIVAS COMPARADAS

**La agenda interna del Mercosur:
interdependencia, liderazgo, institucionalización** 115
Andrés Malamud

Los escenarios de participación social en el Mercosur 137
Mariana Vásquez

A integração industrial: novos desafios para a classe operária 149
Adriano Botelho

**O Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercosul
e seu papel na agenda social do processo de integração** 167
Luana Goveia

IV. INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA CON EUROPA Y ASIA

**La Unión Europea y América Latina. Una evolución de
la integración interregional. Perspectivas después del ALCA** 181
José Briceño

¿Um papel novo para a União Europeia na política mundial? 197
José Pereira da Costa

**Transpacificidad, una agenda pendiente para los
contactos de América Latina con el Pacífico** 205
Carlos Uscanga

**Co-operation between the European Union
and Latin America: privileged relations?** 229
Marianne Wiesebron

**De Viena a Lima: evaluación de las relaciones
Unión Europea-América Latina** 247
Roberto Domínguez

Crisis de cohesión social en la Unión Europea 261
Juan Carlos Bossio

Um papel novo para a União Europeia na política mundial?

José Pereira da Costa*

Desde o fim da guerra-fria que a identidade da Europa se modificou, passando de um simples aliado dos Estados Unidos da América na luta contra a União Soviética, pela supremacia mundial, a uma entidade política e economicamente autónoma. O processo resultante da transformação do Mercado Comum das primeiras décadas (1957 a 1992) em Mercado Interno Europeu a partir dos anos 90, e o alargamento sucessivo de seis para quinze países, com o lançamento do Euro como moeda única, em 1999, tornou-a na maior potência económica mundial. Em 1992, era aprovado o Tratado de Maastricht que prevê a criação de uma Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e uma Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Em 2004 e 2007, integraria os antigos Estados da Europa de Leste que pertenciam ao bloco soviético, perfazendo uma união de 27 países e quase 500 milhões de habitantes. Poder económico significa capacidade de influência na política mundial. A Europa abriu-se ao mundo e o mundo abriu-se à Europa porque deixou de estar dividido entre dois blocos que se opunham.

As organizações regionais e inter-regionais, muitas delas concretizando o que já era apontado na Carta das Nações Unidas de (1945) expandiram-se durante a década de 1990, agregando países e regiões que procuram objectivos económicos e políticos comuns. A Europa serve de exemplo, mas não só. Ela própria participa activamente neste movimento, como é

* Universidade Nova de Lisboa e Universidade Livre de Bruxelas.

o caso da ASEM (Ásia-Europe Meeting), criada em 1996, que reúne periodicamente 38 países dos dois continentes, estabelecendo um diálogo político, cooperação económica e cultural. Em 2006, em Helsínquia, aquando da presidência finlandesa da União Europeia, foi aprovada também a participação nessa instituição da Índia, Paquistão e Mongólia.

Outras organizações criadas durante a guerra-fria, como a ASEAN (Association of Southeast Asian Nations), em 1967, puderam na década de 1990 receber países que se encontravam do lado comunista, como o Vietname, o Laos e o Cambodja. A CSCE (Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa), fundada em 1975, com os Acordos de Helsínquia, reúne actualmente 56 países oriundos de três continentes. A nova União Africana, que no ano 2000 sucedeu à OUA, inspirou-se na União Europeia e recebe desta ajuda financeira e institucional. A própria Mercosul, criada em 1991 e institucionalizada em 1994, tem objectivos confessadamente semelhantes aos da União Europeia. Esta última é o maior contribuinte mundial no apoio aos países em desenvolvimento, com cerca de 52 % da ajuda total em 2005. Em África, pelo menos desde os anos 70, é o principal doador de fundos para o desenvolvimento, com um programa de cooperação organizado com os chamados países ACP, (África, Caraíbas e Pacífico), no âmbito dos acordos de Lomé, reformulados em Cotunu, no ano 2000. É de longe a potência com mais influência neste continente, pese embora a crescente presença da China. No Médio-Oriente, zona central de conflitos por resolver, foi a Comissão Europeia que ajudou a criar política e financeiramente a Alta Autoridade Palestiniana que, apesar de todas as vicissitudes, continua a ser o embrião de um possível Estado independente, o que trouxe algumas perspectivas de solução para o confronto mais geral entre árabes e israelitas, resultante da criação do Estado de Israel em 1948.

Mas a Europa não granjeou um grande poderio militar enquanto potência mundial. Ainda antes do fim da guerra-fria, em 1988, Paul Kennedy, no seu monumental “The Rise and the Fall of the Great Powers” (Kennedy, 1988:608-609), chamou a atenção para as semelhanças entre a então Comunidade Económica Europeia e a Confederação Germânica de meados do século XIX, que atingiu um enorme poderio económico, mercê de um sistema de redução das barreiras alfandegárias,

que atraiu também os Estados independentes do sul da Alemanha, tradicionalmente receosos da hegemonia prussiana. Esta potência económica iria tornar-se no primeiro Império alemão, tendo ao seu serviço o grande poder militar da Prússia. O que caracterizaria as grandes potências seria assim, além da procura da riqueza, a obtenção de um poder bélico importante.

Desde, o fim da guerra-fria que este tema da ausência de um poderio militar europeu é tratado nas instâncias comunitárias e várias tentativas de reformulação foram apresentadas, como a da transformação da praticamente inexistente UEO (União da Europa Ocidental) num pilar europeu da NATO. Apesar da institucionalização da PESC e da PCSD, a Europa, devido aos interesses estratégicos diversos dos países que a compõem, não conseguiu concretizar estas políticas, como ficou demonstrado durante as guerras da Jugoslávia, nos últimos anos da década de 90 do século passado, quando foi incapaz de encetar qualquer acção militar relevante nas hostilidades que se desenrolaram às suas portas.

Também nos meses que antecederam o desencadear da segunda guerra do Iraque, em Março de 2003, a coordenação da política externa europeia, a uma só voz, como mandam os tratados, simplesmente não existiu. A posição do Reino Unido, de incondicional apoio à administração Bush, e a entrada iminente para a União dos antigos Estados socialistas da Europa de Leste, desejosos de agradar aos americanos, assim o impediu. A aprovação do Tratado Constitucional, mas em seguida a sua reprovação pelos referendos em França e na Holanda, em Maio e Junho de 2005, criou uma crise institucional de que a Europa ainda não se refez. Com efeito, a “constitucionalização” das diversas políticas europeias, atrás referidas, seria a melhor forma de ajudar a Europa a afirmar-se na cena mundial, precisamente quando, pela primeira vez, a União funciona à escala continental, no momento histórico do alargamento aos dez novos países da Europa de Leste e do Mediterrâneo, em Maio de 2004, e à Roménia e Bulgária, em Janeiro de 2007. Dir-se-ia que os quinze anos de desenvolvimentos políticos, desde a emancipação dos países europeus que viviam na órbita da ex-União Soviética, não chegaram para uma integração sem sobressaltos. As divergências sobre a intervenção dos Estados Unidos no Iraque foram o primeiro sinal de crise nesta nova

Europa a vinte e sete.

No entanto, apesar disso, dos países ainda não aderentes, na Europa do Sudeste, nenhum se manifesta contrário à adesão. E a própria Turquia, cuja possível entrada é motivo de controvérsia, mantém-se firme às portas da União. Fora da Europa, as novas grandes potências mundiais, que já estão a marcar o século XXI, como a China, a Índia e o Brasil, encaram a União, *à tort ou à raison*, como um contra-poder à hegemonia mundial dos Estados Unidos da América, construída depois do fim da guerra-fria.

Por fim, nos próprios Estados Unidos da América, a União Europeia é vista nalguns meios como uma potência económica e politicamente rival, desde que, logo após o fim da guerra-fria, se modificou a identidade europeia, com a aprovação do Tratado de Maastricht, em 1992, e a introdução das novas políticas, já referidas, o relançamento do Euro e a implementação efectiva, a partir de 1993, do Mercado Interno Europeu, resultante de um trabalho de harmonização da legislação, com o Acto Único Europeu, lançado por Jacques Delors, em 1987, pouco depois da sua chegada a Bruxelas para chefiar a Comissão Europeia.

Recentemente, *The New York Review of Books* (2005) divulgava um artigo sobre dois livros, cujos autores vão muito além do tratamento desta questão como um possível conflito de interesses, entre os Estados Unidos e a Europa, para fazerem simplesmente a apologia da União Europeia. São eles “*The United States of Europe: The New Superpower and the End of American Supremacy*”, de T.R. Reid, e “*The European Dream: How Europe’s Vision of the Future is Quietly Eclipsing the American Dream*”, de Jeremy Rifkin. Em ambos os livros faz-se uma análise comparativa das virtudes e dos pontos negativos da vida, nos seus mais diversos aspectos e numa perspectiva de futuro, na Europa e na América. E o veredicto parece ser a favor dos europeus.

Em 1995, é criada a OMC, (Organização Mundial do Comércio), actualmente com 150 membros, que, ao contrário das instituições que a precederam, Kennedy Round, Uruguay Round, etc., no âmbito das Nações Unidas, tem um papel vinculativo nas negociações comerciais multilaterais. Com o aumento significativo da abertura dos mercados mundiais, as relações comerciais intensificaram-se e à OMC é atribuído um papel regulador desta actividade, com o seu Órgão Regulador de

Conflitos. Ali, são inúmeros os conflitos registados entre os dois blocos, no campo económico e comercial, desde que aquela organização foi criada (Janus, 2004: 48-51) que passam talvez despercebidos devido ao principal conflito latente entre os países do Norte e do Sul, que consiste na necessária abertura dos mercados agrícolas dos Estados Unidos e da Europa (e redução dos subsídios aos respectivos sectores), por contrapartida à abertura do sector industrial e dos serviços nos países em desenvolvimento, a regular pela Conferência de Doha.

É nestas condições, e perante o desaparecimento da União Soviética como ameaça militar, dando lugar a uma Rússia apenas com influência regional,¹ que a União Europeia aparece aos olhos dos americanos como uma potência económica rival, com a perspectiva de se tornar a curto prazo, também, numa grande potência da política mundial *tout court*. Ficou também nítido, depois do 11 de Setembro de 2001, que se aprofundaram as divergências com a política americana do “eixo do mal”, da “guerra total ao terrorismo” e da “guerra preventiva”, concretizada na invasão do Iraque em 2003 e não apoiada pela França e Alemanha, principais pilares da União Europeia.

Segundo Mario Telò, no seu estudo “*L’Europa Potenza Civile*” (Telò, 2004:4-6), os principais pontos divergentes são: um reequilíbrio entre interesse nacional e obrigações internacionais em favor do primeiro, por parte dos americanos, declarado no documento “*National Security Strategy*”, publicado em 2002; difusão mundial da economia de mercado e da democracia, se necessário pela força. Por parte da União Europeia, respeito pelos direitos humanos em todas as circunstâncias e estabelecimento do Tribunal Penal Internacional, assim como incremento do diálogo Norte/Sul para tentar resolver os problemas com o mundo árabe/muçulmano; importância e necessidade de tomar medidas urgentes acerca do problema do aquecimento global do planeta; primazia do papel das Nações Unidas e do direito internacional na regulação dos conflitos mundiais.

1 Refiro-me aqui, é evidente, à Rússia dos anos 1990. Porque actualmente este país tornou-se de novo uma grande potência mundial, com a utilização estratégica dos seus enormes recursos energéticos, o seu poderio militar ainda muito importante e um crescimento económico só suplantado pela Índia e a China.

Conclusão

A União Europeia tem sido construída à medida das possibilidades e vicissitudes das políticas europeia e mundial e não a partir de um quadro de realizações programadas, como alguns pretendiam. Uma política de integração a seis, a doze, a quinze ou, actualmente, a vinte e sete países não é tarefa fácil. O certo é que a União não só atraiu e continua a atrair ao seu seio todos os países do continente europeu, como se tornou num exemplo institucional a seguir em muitos pontos do globo, na Ásia, na América e em África, mercê do grande poder económico e do bem-estar social que granjeou para as suas populações, através de uma dinâmica inter-regional forte. A sua presença em todo o mundo, como principal doador na ajuda ao desenvolvimento e no apoio de emergência às catástrofes naturais ou resultantes de conflitos militares, completa-se com uma dinâmica de participação nos assuntos mundiais muito diferente da dos Estados Unidos da América, potência hegemónica na fase actual da política internacional. Essa acção dá prioridade à negociação internacional a nível multilateral, no seio das principais organizações internacionais e inter-regionais, como nas parcerias já referidas, das quais o Mercosul é uma das principais. Isso não impede que tenha sido criado recentemente um contingente militar europeu de 60.000 homens, capaz de acudir a situações de crise. E que a Europa participe, em maior número que os Estados Unidos, em missões de paz internacionais. No entanto, há quem defenda que o elemento militar é essencial para a afirmação da União Europeia no mundo. É preciso não esquecer, no entanto, que a maior potência militar da actualidade, apesar de todo o seu poderio, perdeu duas guerras no espaço de uma geração: no Vietname e no Iraque. E que no mundo em que vivemos presentemente a supremacia dos grandes países e blocos não está a ser feita à custa do seu poderio militar, mas através da sua capacidade de adaptação às condições do mundo global e da melhoria das condições de vida das suas populações. Será que o papel de potência civil da Europa se vai acentuar ou predominará a vontade daqueles que a pretendem tornar também numa potência militar?

Referências Bibliográficas

- Carta das Nações Unidas (1945) Capítulo VIII, arts. 52-54. On line: <http://www.onu-brasil.org.br/doc5.php>
- JANUS (2004). Publicação Universidade Autónoma de Lisboa e do jornal público, pgs. 48 a 51. On line: www.janusonline.pt/economia.
- Kennedy, Paul (1988). *The Rise and the Fall of the Great Powers*. New York: Random House
- Telò, Mario (2004). *L'Europa Potenza Civile*. Bari: Laterza.
- The New York Review of Books (2005). Volume 52, Nº 2, 10 de Fevereiro.